

Trumpismo à brasileira: o neoconservadorismo no discurso diplomático do governo de Jair Messias Bolsonaro

Enrique Carlos Natalino¹
Luís Fernando Baracho²
Murilo Cassio Xavier Fahel³

Recebido em: 06/01/2024
Aprovado em: 20/02/2024

Resumo: Em uma análise mais ampla do processo de degradação política e institucional promovido pelo bolsonarismo no debate político brasileiro nos últimos anos, cumpre destacar o papel desempenhado pela política externa na promoção de ideias e de ações ancoradas no pensamento político trumpista. Emulando as ideias e as ações do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) importou muitas de suas concepções de política internacional, como o populismo, o nacionalismo e o antiglobalismo. Concebidas como visões de mundo que balizam as escolhas estratégicas de atores políticos, as ideias ajudam a explicar a concepção e a implementação da política externa. As concepções ideológicas interagem com os constrangimentos e variáveis independentes que impactam a sociedade, o Estado e as relações internacionais. E são mobilizadas pelos diferentes atores, governos e regimes para formular, operacionalizar e legitimar escolhas de política externa. Nesse sentido, o artigo procura verificar se a política externa de Jair Bolsonaro guarda semelhanças com uma visão de mundo conservadora do Brasil em política externa. Para tanto, buscou-se analisar como o pensamento conservador do país nos séculos XIX e XX pode fornecer modelos de compreensão sobre a inserção internacional brasileira. Em um segundo momento, o artigo contrapôs esse legado conceitual ao pensamento nacional-populista de origem norte-

¹ Doutor em Ciência Política (UFMG), Brasil, e pesquisador do International Postdoctoral Program (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Brasil. E-mail: enrique.natalino@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4271-3319>

² Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil, e professor de Relações Internacionais da Universidade São Judas Tadeu (USJT), Brasil. E-mail: luisfernando.baracho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5253-1362>

³ Doutor em Sociologia e Política (UFMG), Brasil, e Pós-doutor pela University of Oxford, Reino Unido. E-mail: murilofahel@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3889-5017>

americana, com foco na formulação conceitual das ideias do ideólogo Olavo de Carvalho, do chanceler Ernesto Araújo e do presidente Jair Bolsonaro. Em um terceiro momento, analisou-se a implementação do nacional-populismo de origem trumpista em três temas da diplomacia brasileira: na relação bilateral com os Estados Unidos; na crise venezuelana; nas relações com Israel e com países árabes.

Palavras-chave: Democracia, Política Externa, Bolsonarismo, Trumpismo, Antiglobalismo

Trumpismo a la brasileña: el neoconservadurismo en el discurso diplomático del gobierno de Jair Messias Bolsonaro

Resumen: En un análisis más amplio del proceso de degradación política e institucional promovido por el bolsonarismo en el debate político brasileño en los últimos años, cabe destacar el papel desempeñado por la política exterior en la promoción de ideas y acciones ancladas en el pensamiento político trumpista. Emulando las ideas y acciones del expresidente estadounidense Donald Trump, el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022) importó muchas de sus concepciones de la política internacional, como el populismo, el nacionalismo y el antiglobalismo. Concebidas como visiones del mundo que guían las decisiones estratégicas de los actores políticos, las ideas ayudan a explicar la concepción y la implementación de la política exterior. Las concepciones ideológicas interactúan con las limitaciones y variables independientes que impactan la sociedad, el Estado y las relaciones internacionales. Y son movilizados por diferentes actores, gobiernos y regímenes para formular, operacionalizar y legitimar opciones de política exterior. En este sentido, el artículo busca verificar si la política exterior de Jair Bolsonaro guarda similitudes con la cosmovisión conservadora de Brasil en política exterior. Para ello, buscamos analizar cómo el pensamiento conservador del país en los siglos XIX y XX puede proporcionar modelos de comprensión sobre la inserción internacional de Brasil. En un segundo momento, el artículo contrasta este legado conceptual con el pensamiento nacional-populista de origen norteamericano, centrándose en la formulación conceptual de las ideas del ideólogo Olavo de Carvalho, el canciller Ernesto Araújo y el presidente Jair Bolsonaro. En un tercer momento, se analizó la implementación del nacionalpopulismo de origen trumpista en tres temas de la diplomacia brasileña: en la relación bilateral con Estados Unidos; en la crisis venezolana; en las relaciones con Israel y los países árabes.

Palabras-clave: Democracia, Política Exterior, Bolsonarismo, Trumpismo, Antiglobalismo.

Trumpism in the Brazilian way: neoconservatism in the diplomatic discourse of Jair Messias Bolsonaro's government

Abstract: In a broader analysis of the process of political and institutional degradation promoted by Bolsonarism in the Brazilian political debate in recent years, it is worth highlighting the role played by foreign policy in promoting ideas and actions anchored in Trumpist political thought. Emulating the ideas and actions of former United States President Donald Trump, Jair Bolsonaro's government (2019-2022) imported many of his conceptions of international politics, such as populism, nationalism and anti-globalism. Conceived as worldviews that guide the strategic choices of political actors, the ideas help to explain the conception and implementation of foreign policy. Ideological conceptions interact with the constraints and independent variables that impact society, the State and international relations. And they are mobilized by different actors, governments and regimes to formulate, operationalize and legitimize foreign policy choices. In this sense, the article seeks to verify whether Jair Bolsonaro's foreign policy

bears similarities to Brazil's conservative worldview in foreign policy. To this end, we sought to analyze how the country's conservative thinking in the 19th and 20th centuries can provide models of understanding about Brazil's international insertion. In a second moment, the article contrasted this conceptual legacy with national-populist thought of North American origin, focusing on the conceptual formulation of the ideas of ideologist Olavo de Carvalho, Chancellor Ernesto Araújo and President Jair Bolsonaro. In a third moment, the implementation of national populism of Trumpist origin was analyzed in three themes of Brazilian diplomacy: in the bilateral relationship with the United States; in the Venezuelan crisis; in relations with Israel and Arab countries.

Keywords: Democracy, Foreign Policy, Bolsonarism, Trumpism, Antiglobalism.

Introdução

O objetivo desse artigo é explorar a influência das ideias neoconservadoras na concepção da política externa do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). A primeira hipótese que orienta este artigo é a de que a política externa do governo Jair Bolsonaro não deita raízes no pensamento conservador político brasileiro em política externa, que remonta à construção do Estado nacional no século XIX e à condução da política externa pelo Barão do Rio Branco, no começo do século XX. A segunda hipótese é a de que a concepção internacional do presidente e do chanceler se embasam num alinhamento político-ideológico ao modelo conservador estadunidense revisitado na presidência de Donald Trump. Para compreendermos o impacto das visões de mundo do presidente na política externa brasileira contemporânea, buscamos explorar as duas vertentes de pensamento conservador em política externa: a brasileira, fundada nas práticas dos homens de Estado do Império e do começo da Primeira República; e a norte-americana, revisitada e adotada pelo governo Donald Trump. A segunda concepção, no nosso entender, seria aquela que vem influenciando as concepções de mundo dos tomadores de decisão em política externa do governo Jair Bolsonaro. Assim, o pensamento conservador brasileiro em relações internacionais, legado pela tradição de Rio Branco, não corresponde às escolhas do atual governo.

A principal contribuição teórico-metodológica do artigo é demonstrar as origens das ideias que embasam as escolhas diplomáticas do mandato presidencial de Jair Bolsonaro. De fato, a compreensão do pensamento do presidente, do seu chanceler e dos seus principais assessores ajuda a compreender o quadro em que se processou a diplomacia presidencial bolsonarista durante o quadriênio 2019-2022. De acordo com a

vertente teórica ideacional-institucionalista, as ideias são uma variável central para explicar os fenômenos políticos (HALL, 1986; GOUREVITCH, 1986; GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993, CAMPBELL, 2002). Na perspectiva de Goldstein e Keohane (1993), elas funcionam como pontos focais de hierarquização e coordenação de interesses entre lideranças e seguidores. Ao serem adotadas pelos atores políticos que detêm o controle do Estado, as ideias mobilizam símbolos, emoções e lealdades que se traduzem em discursos, narrativas e ações, impactando as escolhas políticas e as ações governamentais. Diante das incertezas da vida social, as ideias agem como “*mapas do caminho*” que estabelecem objetivos e direções estratégicas na vida das nações (IKENBERRY, 1993, 1998 e 2001). Campbell (2002) explora o impacto das ideias no estabelecimento de solidariedade e de perspectivas sobre o futuro dentro dos grupos. As ideias relacionadas à organização da economia, da segurança nacional e da política externa se cristalizam na cultura política e nos aparatos institucionais, sendo mobilizadas para a defesa e para a legitimação de escolhas políticas (CAMPBELL, 2002: 25-26). Ao moldar as estruturas institucionais e cognitivas, as ideias ajudam a legitimar as escolhas das elites na resolução de problemas específicos. Dessa forma, conectam atores e interesses e produzem impacto no processo decisório.

As mudanças políticas advindas de eleições, crises econômicas, guerras, golpes de Estado e revoluções impactam diretamente no conjunto de crenças vigentes e abrem novas perspectivas de pensamento político. O campo de estudos do Pensamento Internacional Brasileiro, ancorado à vertente teórica do Pensamento Político Brasileiro, ajuda a compreender como as ideias de militares, diplomatas, intelectuais e políticos acerca da inserção internacional do Brasil impactaram nas escolhas de política externa ao longo de dois séculos de vida política independente (BELÉM LOPES, 2016). A capacidade de viabilizar a conversão de ideias em política externa se efetiva por meio da busca de apoios nos grupos de interesse e nos partidos políticos, da elaboração de programas de governo, da habilidade de cooptação da burocracia estatal e da canalização de recursos (GOUREVITCH, 1986).

As ideias são convertidas em ações por meio de um processo interativo de deliberação e de legitimação de discursos. Dessa forma, elas não atuam de forma isolada, mas em associação com outras variáveis contextuais: considerações pessoais, interesses de grupos, cultura organizacional, instituições, política doméstica e política

internacional (PERISSIONOTO E STUMM, 2017: p. 137). Na perspectiva de Campbell, a seleção das ideias que influenciam o processo decisório se viabiliza através de instituições formais ou de canais informais, como círculos sociais, comunidades universitárias ou grupos de pesquisa científica. Ao se interconectarem com rotinas e práticas burocráticas, se institucionalizarem em programas de governo, gerarem coalizões de defesa, se mesclarem com as tradições nacionais e se difundirem no meio social, as ideias geram efeitos políticos de grande alcance na estruturação da política externa (CAMPBELL, 2002: 30-31).

Finalmente, cumpre detalhar as etapas deste artigo. A primeira seção explora as origens do conservadorismo na política externa do Brasil durante o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930), mostrando os seus principais representantes, a sua visão de mundo e as suas linhas de ação. A segunda seção busca compreender como se deu a importação de ideias neoconservadoras para o país, enfocando como o pensamento neoconservador norte-americano impactou na gênese das ideias políticas do ex-presidente Donald Trump (2017-2021). A terceira seção conecta as ideias de Donald Trump com o conjunto de ideias implementadas pela política externa do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), mostrando as semelhanças entre o pensamento trumpista e as ideias mobilizadas pelo chanceler brasileiro Ernesto Araújo. A quarta e última seção analisa alguns aspectos da política externa brasileira durante o governo de Jair Bolsonaro, com ênfase na temática das relações com o entorno sul-americano.

Conservadorismo e política externa no Brasil: razão de Estado e interesse nacional

O pensamento político brasileiro durante o Império foi marcado pela convivência entre duas vertentes políticas: o liberalismo e o conservadorismo. As agremiações político-partidárias no Brasil nasceram com o surgimento de facções orientadas por *“afinidade psicológica, pela identidade de opiniões e pela coincidência de interesses”* no processo de Independência (1822), mas só se firmaram efetivamente no período regencial, após 1831, com a renúncia do primeiro imperador (FAORO, 2010: p. 56-59). Durante o seu breve reinado de nove anos, o monarca buscou consolidar a centralização política, outorgando a Constituição de 1824 e reduzindo a autonomia das províncias (FAORO, 2010: p. 362). Dom Pedro I simbolizava os compromissos liberais do processo

de Independência, marcado pelas contradições de uma sociedade escravocrata e conservadora.

O período regencial ficou conhecido como um “*ensaio republicano*” entre dois períodos centralizadores (FAORO, 2010). Até 1831 o Imperador tinha prerrogativa de incorporar tratados internacionais sem a necessidade de anuência parlamentar. A partir de 1830, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deveria prestar contas anuais ao Legislativo e obter sua prévia aprovação para a ratificação de tratados internacionais (RICUPERO, 2017: p. 152). Desse período em diante, o Parlamento teria participação crescente no debate e nas negociações de política externa, o que correspondia à demanda tanto de grupos liberais, quanto de conservadores.

Enquanto os liberais buscavam uma inspiração em ideias cosmopolitas, universalistas e moralistas, baseadas no Iluminismo e na Revolução Francesa, os conservadores, de outro, se embasavam numa leitura realista e pragmática dos fatos, orientados pela prudência, moderação e experiência. O programa liberal, ensaiado no Ato Adicional (1834), propugnava a descentralização ao estabelecer a eleição bienal para a Câmara dos Deputados, um Senado eletivo e temporário, a supressão do Conselho de Estado, assembleias legislativas provinciais e mais poderes para os intendentess municipais. O programa conservador, numa ótica oposta, encarnado na Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), propunha o restabelecimento dos instrumentos centralizadores (Conselho de Estado e Poder Moderador), de modo a fortalecer a figura do monarca: “*o imperador impera, governa e administra*” (BRAZILIENSE, 1878: pp. 12 e 13; FAORO, 2010: p. 363).

O pensamento conservador se valeria da influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos, cujo realismo preconizava soluções que atendessem à razão de Estado. Partidário do liberalismo no início da Regência, Vasconcelos distanciou-se das posições do Padre Diogo Feijó, inspirador da criação do Partido Liberal. Em oposição aos “*avançados*” e aos “*exaltados*”, inspirados no federalismo dos Estados Unidos, Vasconcelos defendeu um governo forte e centralizado, capaz de consolidar a monarquia e evitar a fragmentação nacional, num movimento que ficou conhecido como “*Regresso Conservador*” (WEFFORT, 2011: p. 167-69). Sua liderança política e intelectual seria central na consolidação de um pensamento conservador no Segundo Reinado (1840-1889), sob o trono de Dom Pedro II, tendo como continuadores Paulino

José de Souza (Visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) e José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco).

A política exterior do Regresso Conservador e do começo do Segundo Reinado corresponde aos esforços de nacionalização do Estado e de consolidação da unidade nacional. A estabilização política e o funcionamento regular das instituições nacionais – Parlamento, Conselho de Estado, Gabinete de Ministros e Trono – permitia a continuidade no comando de postos-chave e nas ações do Ministério dos Negócios Estrangeiros (FAORO: 2010: p. 29). O ponto central desse pensamento em política externa era a defesa pragmática do interesse nacional e a ampliação das margens de autonomia externa, seja na busca da hegemonia na Bacia do Prata, na negociação de fronteiras com os países vizinhos, na abolição do Tráfico, na promoção da imigração, na atração de investimentos externos e na ampliação do comércio. As tensões políticas entre liberais e conservadores, reavivadas pela Guerra do Paraguai (1865-1870), levaram ao enfraquecimento do sistema representativo e iniciam um progressivo divórcio entre a monarquia e as elites políticas e econômicas, que se aprofundou com as reformas do Gabinete Rio Branco (Lei do Ventre Livre, desmobilização da Guarda Nacional). Dom Pedro II, embora influenciado pelas ideias do liberalismo inglês, manteve, em grande medida, os fundamentos do regime centralizador inaugurado pelo seu pai, com uma diplomacia de prestígio e de projeção do Brasil como um polo de estabilidade na América do Sul.

Na transição do Império para a República oligárquica, no final do século XIX, o pensamento conservador em política externa girou em torno da busca de soluções para a estabilização política, a reorganização das finanças e a normalização das relações do Brasil com a Europa e com a vizinhança. A primeira década da República oligárquica, após 1889, representaria um distanciamento das linhas pragmáticas do Império, com o apego a um pan-americanismo idealista e ingênuo. Diante da instabilidade política interna, das agitações militares e da desorganização econômico-financeira, a política externa não avançou. Após uma sucessão de dez anos de ministros frágeis à frente do Ministério das Relações Exteriores, a decisão do presidente Rodrigues Alves de convocar o diplomata José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), filho do Visconde do Rio Branco, para assumir a chefia da diplomacia brasileira, representou o retorno do

pensamento conservador para a política externa brasileira. Político de formação liberal e monárquica, o Barão do Rio Branco era defensor de um Estado com instituições capazes de manter a estabilidade, a ordem interna e o prestígio externo do país. Seu grande temor era o de que o Brasil se igualasse às repúblicas vizinhas sul-americanas em termos de agitações e de intranquilidades externas, num torvelinho revolucionário capaz de levar à convulsão social e à desintegração nacional.

Nesse sentido, retomando as ideias conservadoras do Império, na linha de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do Visconde do Uruguai, o Barão do Rio Branco advoga o princípio da autoridade, defende a centralização do poder e a condução de uma política externa orientada pela busca da defesa do interesse nacional à luz da nova realidade geopolítica mundial do começo do século XX (BUENO, 2003: p. 128; 130-31). Em Carta direcionada a Joaquim Nabuco, Rio Branco se mostra especialmente cauteloso quanto às reformas políticas feitas com precipitação e de afogadilho, “*da noite para o dia*”, com riscos de anarquia e de desestabilização político-institucional (2004: p. 132). Outras de suas preocupações eram eventuais agressões de potências europeias à América Latina, tema recorrente naquele período (2004: pp. 132-133).

Rio Branco conduz negociações de fronteiras com as repúblicas sul-americanas vizinhas, incorporando vastos domínios ao território nacional, na base do diálogo, do entendimento e da negociação. A linhagem conservadora da política externa brasileira, resgatada pelo Barão das tradições imperiais, ganhou contornos de linhas-mestras da política externa do Itamaraty. Com a morte de Rio Branco, o mito do Barão tornou-se um elemento de coesão para salvaguardar a autonomia institucional e a influência política do Ministério no sistema político brasileiro nas décadas seguintes. O reconhecimento da importância da experiência histórica e do pragmatismo na condução da diplomacia brasileira, em síntese, constitui o eixo do pensamento conservador brasileiro em política exterior.

As referências ao pragmatismo são fartas em nossa história diplomática: a aproximação com a Inglaterra, grande potência hegemônica do século XIX, sem abrir mão da soberania nacional na extinção do Tráfico (1850); o redirecionamento do eixo da política externa para os Estados Unidos, potência em ascensão no começo do século XX, ao mesmo tempo em que a diplomacia de Rio Branco procurava conter as ambições estadunidenses sobre o Acre. A consagração de princípios como os de não-intervenção

nos assuntos internos de outros Estados, solução pacífica de controvérsias internacionais e o respeito ao direito internacional daria a tônica do comportamento e da identidade internacional do Brasil. Embalado pelas linhas realistas do Barão do Rio Branco, o Itamaraty desempenhou o papel de memória das tradições da política exterior brasileira, em suas várias dimensões, durante todo o século XX e começo do século XXI. A constituição de um quadro permanente de funcionários foi, aos poucos, blindando o funcionamento do Ministério, tornando-o capaz de dar continuidade aos objetivos permanentes do Estado e às linhas gerais de sua política exterior. Danese faz a ressalva de que a continuidade, ao valorizar a experiência, o patrimônio acumulado e as lições do passado da política externa, não equivale a defender o *“temor reverencial e acrítico diante do velho, seja ele recente ou pretérito”*. Trata-se, isto sim, de ressaltar a *“importância de ter uma diplomacia definida como política de Estado e diplomatas de carreira, com o patrimônio de uma experiência de quase dois séculos, para conduzi-la”* (DANESE, 2009: p. 19).

Do conservadorismo ao neoconservadorismo: as origens do pensamento trumpista

Na História das Ideias Políticas, o conceito de conservadorismo se reporta a *“ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”* (BOBBIO E MATTEUCCI, 2010: p. 242). O pensamento conservador, cujo precursor foi o inglês Edmund Burke, se contrapôs intelectualmente às ideias iluministas, liberais e democráticas e às inovações científicas em voga no século XVIII. Enquanto na Europa o pensamento conservador buscou, desde o século XIX, enaltecer a solidez dos modelos políticos comunitários e tradicionais, contrapondo-os à fragilidade dos modos de vida individualistas, nos Estados Unidos deu-se o inverso. Sendo a Revolução Americana filha do movimento iluminista, lastreado no indivíduo como agente histórico, o conservadorismo norte-americano dos anos 1950 se colocará como resposta ao avanço do modelo comunitário (Estado de Bem-Estar Social, direitos civis coletivos, sociedade de consumo de massa etc.) e terá na preservação/resgate do individualismo *“original”* da Revolução Americana o seu mote principal (BOBBIO E MATTEUCCI, 2010: p. 242p. 246).

O pensamento conservador, como muitas das referências teóricas e práticas da política contemporânea, tem nas revoluções ocidentais do século XVIII e no Iluminismo o ponto de gestação. As revoluções liberais do século XVIII serviram como estímulo para o pensamento conservador, que se colocava majoritariamente como reação às mudanças imaginadas e praticadas pelas revoluções liberais, em especial a Revolução Francesa. Por um lado, a Revolução Americana em nenhum momento fomentou uma mudança nos padrões culturais. Ao contrário, a sua argumentação era no sentido de preservar as “antigas liberdades” dos súditos britânicos consagradas na *common law* e aplicáveis no além-mar (SCRUTON, 2018). Por outro lado, a Revolução Francesa não apenas inovou o modelo político, em um primeiro momento com uma monarquia constitucional e, em um segundo momento, a república, mas também se estendeu ao campo dos costumes (laicização do Estado). É na instabilidade jacobina e na mudança dos costumes sociais que o conservadorismo encontrou solo fértil para se projetar. Nesse sentido, o grande nome dessa vertente política foi o inglês Edmund Burke, cujas reflexões críticas à Revolução Francesa, à agenda revolucionária iluminista e o seu apoio às tradições e aos costumes sociais forjaram os pilares do pensamento conservador. As oscilações políticas e sociais europeias (monarquias se submetendo aos limites constitucionais, reivindicações sufragistas, urbanização etc.) permitiram um rico campo de debates entre liberais, conservadores e, mais tarde, marxistas.

O século XX nos apresentará outra revolução cujas mudanças serão tão marcantes quanto a francesa: a Revolução Russa de 1917. O processo revolucionário russo levará a mudanças políticas, econômicas e sociais que prestarão testemunho prático a uma narrativa que se pretende aplicável a todos os locais em que as condições materiais estivessem dadas ao marxismo. Se os conservadores de outrora temiam a transformada Revolução Francesa exportada pelas baionetas de Napoleão Bonaparte, agora temeriam o pensamento marxista transformado em Revolução Soviética. O conservadorismo ganharia uma nova alteridade e com isso se reconfiguraria como discurso e prática reativas. Entretanto, o antagonismo mundial não estava mais nos polos opostos do Canal da Mancha, encontravam-se nos polos opostos do Ártico, entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O bastião do conservadorismo passará dos britânicos para os estadunidenses. Ao lado do anticomunismo, que não é uma agenda exclusiva do conservadorismo nos Estados

Unidos, haverá um processo de fusão com outros temas, cuja predominância é variável, como agenda social e de valores (e.g., política contra o aborto, contra o casamento homossexual, contra o fluxo de imigrantes não-europeus *etc.*) e a agenda de controle fiscal (FROHEN, BEER e O. NELSON, 2006).

O conservadorismo estadunidense, portanto, foi por muito tempo mais um ponto de encontro de oposição a uma agenda externa (combate ao comunismo) e interna (combate à permissão do aborto ou controle dos gastos sociais), oferecendo uma narrativa a posições políticas concretas, do que um conjunto de obras teóricas coesas. Isso explica a diversidade de rótulos e cismas internos, como “neoconservadores”, “paleoconservadores”, “tradicionalistas”, “libertários”, “*tea party*”. Sendo assim, nomes como William Buckley Jr., Pat Buchanan, Frank Meyer, Russel Kirk, mostram nuances e variáveis em seu pensamento conservador que é mais fácil identificar o que os separa do que aquilo que os une, além do uso da expressão “conservador” (GOTTFRIED, 2006).

Como parte da camada social sobre a qual o conservadorismo americano irá se firmar e se projetar para além das fronteiras daquele país está o movimento cristão evangélico reformado, que encontrará terreno fértil naquele país. Em grande medida influenciado pelos debates religiosos na Grã-Bretanha em relação às críticas sobre a Igreja Anglicana (e.g., o movimento puritano), os colonos britânicos e os imigrantes da Europa central protestante terão nos Estados Unidos o país por excelência em que as novas correntes do protestantismo se expandirão e prosperarão. Nomes como Gorge Whitefield e John Wesley (metodosimo), Jonathan Edwards (congregacionismo), William Tennent (presbiterianismo), John Clarke (baptismo), John Smith Jr. (mormismo), Ellen G. White (adventismo) mostram o quanto os Estados Unidos contribuíram para a renovação cristã protestante.

Esses grupos irão contribuir de alguma forma para a adesão e formatação a algumas das agendas sociais do conservadorismo estadunidense, especialmente no que diz respeito à agenda social, seja contestando a influência do pensamento científico entre o fim do século XIX e começo do século XX, seja quanto a perda da primazia comunitária sobre serviços públicos como educação e saúde a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (CROMARTIE, 2006). A expansão das novas comunidades evangélicas sobre as comunidades evangélicas tradicionais (e.g., presbiterianos, luteranos e

calvinistas) já evidente na década de 1970 se mostra presente na política americana nos anos 1980 (Ronald Reagan), 1990 (George Bush) e 2000 (George W. Bush) (CROMARTIE, 2006). De todo modo, é importante deixar claro que a adesão entre as comunidades evangélicas mais recentes e o pensamento conservador político americano não é uma relação simples e direta, mas antes círculos secantes dotados de muitas nuances internas.

A eleição de Donald Trump, em 2016, se coloca como um interessante divisor de águas, pois em nenhum momento se mostra uma escolha coesa entre conservadores (intelectuais ou cidadãos que se identificam com tal rótulo) e a sua agenda política se mostra seletiva em relação a certos temas. Se Trump é um nome palatável a muitos conservadores, isso não o torna um representante de todos os temas que esse pensamento apresentou na história política americana. As ideias que embasam a política externa do governo de Donald Trump – nacionalismo, populismo, antiglobalismo – deitam raízes nesse pensamento neoconservador. O pensamento político trumpista, em linhas gerais, é um amálgama das ideias neoconservadoras, sem uma estruturação mais coesa: (i) uma visão de mundo nacionalista e xenófoba, rotulando os estrangeiros e, especialmente, os imigrantes não-europeus, como uma ameaça à segurança interna; (ii) a defesa de um populismo de extrema direita e um ataque aos postulados do liberalismo político clássico, como a separação de poderes, a imprensa livre e os direitos e garantias fundamentais; (iii) a hostilização dos adversários políticos como inimigos da nação; (iv) uma retórica de demonização do Estado de Bem-Estar Social e a defesa da redução de gastos sociais internos; (v) uma visão defensora das práticas protecionistas e de ataque ao multilateralismo na esfera internacional.

Nacional-populismo e antiglobalismo: a política externa de Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da República Federativa do Brasil nas eleições presidenciais de 2018. Candidato *outsider*, rompeu com o ciclo de vinte anos de governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e teve 57,7 milhões de votos no segundo turno (55% dos votos válidos). Bolsonaro ascendeu à chefia do Poder Executivo no bojo da rejeição aos partidos tradicionais e com as promessas de combate à corrupção, às práticas clientelistas e às políticas públicas de cunho esquerdista. Os contornos de concepção

internacionalista do presidente eleito se tornaram mais definidos com a escolha do novo chanceler, o diplomata Ernesto Araújo, e do Assessor Internacional da Presidência, Filipe Martins. Ambos possuíam visões de mundo que destoavam das diretrizes tradicionais da política externa brasileira desde a redemocratização: universalismo, integração regional e multilateralismo.

Os desdobramentos das novas ideias se fizeram sentir com declarações polêmicas do presidente, do chanceler sobre temas como meio ambiente, direitos humanos e segurança hemisférica, que causaram enorme impacto nos meios políticos e diplomáticos. O ponto central da nova diplomacia era o desejo de um alinhamento ideológico com governos e lideranças de orientação nacional-populista de extrema direita, como Estados Unidos, Israel, Hungria, Polônia, Turquia e Rússia. Durante as eleições brasileiras, Bolsonaro fazia críticas ao alinhamento internacional dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) a governos de esquerda, como Venezuela, Cuba e Bolívia, e ao que chamava de “*ideologização*” do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Durante a campanha, o então candidato fez viagens aos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Israel. O objetivo era projetar a sua imagem, atrair o apoio de investidores estrangeiros e aproximar-se de lideranças políticas mais ideologicamente alinhadas ao campo da extrema-direita.

As fortes críticas feitas pelo presidente da República, por seus familiares e por seus assessores à aproximação do Brasil com Cuba e com o regime venezuelano nos governos do Partido dos Trabalhadores levaram o Itamaraty a desconvidar os representantes diplomáticos desses países para a posse presidencial. Num gesto para agradar aos grupos evangélicos que o apoiaram, Bolsonaro prometeu que iria promover a transferência da Embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém e rever as relações com o Estado da Palestina.⁴ Atacando o governo de Nicolas Maduro, declarou que envidaria esforços para apoiar uma mudança de regime na Venezuela. Fez fortes críticas à “*ideologização esquerdista*” no Itamaraty e disse que considerava até mesmo retirar o Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU). A mudança da política de direitos humanos ficou nítida com a saída do Brasil do Pacto Global para Migrações da ONU.

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/bolsonaro-afirma-que-transferira-embaixada-para-jerusalem-ate-2021.shtml>.

Em seu discurso de posse no Itamaraty, o diplomata Ernesto Araújo pouco falou sobre o legado da política externa brasileira. Mais do que construir ou apresentar caminhos, preferiu desconstruir o que seria um legado nefasto: a ordem global e as ideologias que a suportam. Por “*globalismo*” e “*ordem global*” o chanceler se referiu ao conjunto de normas, instituições e padrões de relações internacionais nas mais diversas esferas (economia, meio ambiente, direitos humanos, migração etc.) e que se baseia na constatação da insuficiência e da ilegitimidade de ações unilaterais dos Estados.⁵ O chanceler se disse defensor do resgate da ideia do Estado-nação e fez elogios rasgados aos governos de países cujas linhas de pensamento corresponderiam às do presidente Jair Bolsonaro: Estados Unidos da América, Hungria, (“nova”) Itália, Israel e Polônia. Fora do eixo do Atlântico Norte e do Mediterrâneo, houve uma menção generalista no discurso ao continente africano e ao subcontinente latino-americano. Nada sobre a Ásia. O que se viu foi um discurso de grande eloquência, mas de conteúdo belicoso às bases da inserção internacional brasileira, centradas no multilateralismo (ou globalismo) esboçado ao final do século XIX, tentado no pós-Primeira Guerra Mundial, consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial e criticado no início do século XXI.

O chanceler de Jair Bolsonaro publicou, semanas depois, em seu blog “*Metapolítica*”, um artigo intitulado “*Contra o Consenso da Inação*”, no qual critica as tradições diplomáticas brasileiras e as linhas de política exterior das últimas décadas. Seus alvos preferenciais foram o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e o embaixador e ex-ministro Rubens Ricúpero, que fizeram contundentes críticas às linhas diplomáticas do atual governo. O governo Jair Bolsonaro mostra-se, nesse sentido, incapaz de lidar com o peso das tradições diplomáticas e com os desafios da realidade. Ao invés de agir com pragmatismo, deixa-se levar pela ideologia. A subversão da hierarquia no Itamaraty, com a promoção, a postos de chefia, dos diplomatas menos experientes, conseguiu promover a paralisia dentro de um Ministério que, tal qual as instituições militares, valoriza a experiência e a senioridade.

⁵ Esse sistema de cooperação se apresenta de forma difusa e interdependente em vários tratados, organizações internacionais (universais e regionais) e organizações não-governamentais, sendo reforçado pelos avanços tecnológicos nos meios de transporte, de comunicação e de produção de bens e de serviços. O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), marcou, de certa forma, o apogeu da ordem global, a ponto do pensador liberal norte-americano Francis Fukuyama ter, precocemente, anunciado a sua perenidade como o “*fim da história*” (1992).

A reforma dos currículos do Instituto Rio Branco, por sua vez, reduziu drasticamente o espaço reservado à história da política externa brasileira e ao pensamento diplomático na formação dos profissionais. No novo programa da academia diplomática, a América Latina também cede lugar ao estudo dos textos clássicos, reforçando a tradição ensaística e bacharelesca da formação dos futuros negociadores brasileiros.

A política externa implementada para lidar com a pior crise política, econômica e humanitária na vizinhança do Brasil em quase um século, ao deixar de seguir as tradições diplomáticas nacionais, transformou o Brasil em expectador dos acontecimentos na Venezuela. Como ressaltou o embaixador Rubens Ricúpero em conferência no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Brasil abdicou da sua liderança, peso e influência como maior país da região. Deixou que o governo de Donald Trump, que desconhece a realidade da região e possui interesses geopolíticos distintos, tomasse conta de uma agenda que deveria ser, essencialmente, capitaneada pelo Palácio do Planalto e pelo Itamaraty, em coordenação com os governos e as respectivas chancelarias da região. As instituições sul-americanas, criadas nas últimas três décadas com a liderança do Brasil para lidar com crises regionais sem a ingerência dos EUA, foram alijadas. Voltamos à era das intervenções estadunidenses sobre o espaço continental como, a Doutrina Monroe (1823), do *Big Stick* (1902-1909) e diplomacia do dólar (1909-1913).

Preocupados com os desdobramentos dos eventos, com a falta de experiência do novo chanceler e com os posicionamentos da ala bolsonarista radical instalada no Itamaraty e na Assessoria Internacional da Presidência da República, os militares assumem papel crescente no trato da questão venezuelana dentro do governo, tendo à frente o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Diante das vacilações do Presidente e do Chanceler, Mourão se torna uma personagem cada vez mais central em questões relacionadas à crise na Venezuela, às relações com a China e com os países árabes. Na reunião do Grupo de Lima, em que liderou a delegação brasileira, Mourão descartou o apoio do Brasil a uma aventura militar e insistiu no aumento da pressão diplomática e política para isolar o regime de Nicolas Maduro. Divergindo de Araújo, foi claro: ingerência militar externa só piora a situação, criando problemas para um futuro governo em Caracas, que já nasceria com o rótulo de ter sido fruto da árvore envenenada da imposição externa. Diante do esvaziamento da diplomacia presidencial

– como se viu no pífio discurso do chefe de Estado no Fórum Econômico de Davos (Suíça)
– e da desidratação do papel moderador do Itamaraty, o vice-presidente, quase que por gravidade, tem assumido o papel de chanceler *de facto*.

Houve, na prática, uma inversão de papéis: os diplomatas se tornaram os radicais e os militares, os moderados. Entre defender o bolsonarismo radical do chanceler e a autonomia e soberania nacionais, os militares brasileiros claramente optaram pela segunda opção, agindo como moderadores, bombeiros e redutores de danos. O atual governo e seu Chanceler talvez ignore que foram os militares (governo Ernesto Geisel) que deram um passo importante para romper com o alinhamento quase automático do Brasil com os EUA, postura levada a cabo desde o governo Dutra, com um breve interregno durante a Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, reforçando os espaços de autonomia nacional na formulação da política externa brasileira. Ademais, a tradição centenária do Brasil, desde o Barão do Rio Branco, sempre foi a de buscar resolver controvérsias internacionais através do diálogo, da negociação e da desdramatização da agenda internacional. Essa foi a postura da diplomacia brasileira, com diferentes ênfases e estilos, de José Sarney a Michel Temer.

A antidiplomacia bolsonarista e a América do Sul

A região da América do Sul fornece alguns interessantes exemplos da aplicação do pacote ideológico do neoconservadorismo trumpista à política externa brasileira. Em linhas gerais, o que se pode observar é a descontinuidade das visões tradicionais da diplomacia brasileira na região nas últimas quatro décadas, marcadas pela busca da integração e da cooperação com os vizinhos, e a importação de ideias e de convicções ideológicas mais afinadas com a linhagem política do neoconservadorismo norte-americano. Essa visão de mundo se distancia da leitura mais realista da política externa brasileira desde o século XIX e abraça algumas concepções internacionalistas distantes do padrão de comportamento do país na vizinhança sul-americana, embasada no pragmatismo e em regras de Direito Internacional.

O Brasil fez uma leitura diferenciada, dentre as muitas existentes, no amplo feixe de possibilidades da integração latino-americana. Engajou-se, no dizer do ex-Chanceler

Celso Lafer, em fazer a melhor política e a melhor economia de sua geografia.⁶ Talvez o precursor mais ilustre dessa iniciativa de integração sul-americana tenha sido o Barão do Rio Branco, que mesclando o pan-americanismo dos republicanos com as melhores tradições do Império, fez da circunstância sul-americana o foco prioritário da política exterior brasileira, entre os anos de 1902 e 1912. A ideia de América do Sul, resultante de uma vivência histórica e imposição física pelo fato de o Brasil ser roçado de alto a baixo por vizinhos numerosos e diversos, ganhou dimensão concreta a partir dos anos 1950, com a celebração de acordos que organizaram econômica e politicamente o espaço sul-americano em torno de uma comunhão de valores e objetivos. O presidente Juscelino Kubitschek propôs, em 1958, a criação da Operação Pan-americana (OPA), que buscava coordenar os países latino-americanos em torno de uma agenda econômica e política voltada a afastar o comunismo do continente por meio de um amplo programa de desenvolvimento. Dessa iniciativa, surgiu, em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).⁷

A América do Sul é o espaço em que se forjou nossa educação diplomática e onde se exercita no cotidiano a conversão das velhas fronteiras-separação em modernas fronteiras-integração. Dois empreendimentos político-diplomáticos consubstanciam essa ideia: o Tratado de Brasília (1969) e o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) que organizaram, respectivamente, os países vizinhos das bacias do Prata e do Amazonas em torno do compartilhamento pacífico e soberano e dos seus recursos naturais. Fato gerador de sociabilidade e gregarismo, a dispersão das rivalidades entre Brasil e Argentina após a assinatura do Acordo Tripartite (1979) tornou possível que

⁶ O conceito de América Latina teria sido cunhado pelo imperador Napoleão III ao referir-se à área de expansão da França no continente americano em fins do século XIX. A denominação genérica para a região de colonização ibérica nas Américas foi legitimada no começo do século XX e acabou por prevalecer como sinônimo de países menos desenvolvidos do hemisfério, com forte significação socioeconômica. O romantismo seminal do conceito não escapou ao filtro da História e deu lugar, após a Segunda Guerra Mundial, à consciência coletiva dos interesses propriamente latino-americanos, plasmados de forma mais sistêmica no processo de gestação de iniciativas de integração econômica regional e sub-regional. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 e vinculada ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU), formulou pela primeira vez uma concepção de América Latina como expressão política e internacional.

⁷ O Brasil foi ainda um dos idealizadores da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, rebatizada depois de Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980. Ajudou a fundar a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no âmbito da CEPAL e exerceu forte, combativa e permanente liderança entre os países latino-americanos nos foros internacionais nos anos 1960 e 1970.

ambos os países abraçassem, na década de 1980, uma agenda inédita de cooperação e de integração após a redemocratização dos dois países, explicitada no Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (1986) e no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988).

A própria Constituição Federal de 1988 previu, em seu Art. 4º, que a República Federativa do Brasil deve engajar-se na formação de uma comunidade latino-americana de nações. O êxito da aproximação Argentina-Brasil foi de tal ordem que os dois países, mais Paraguai e Uruguai, assinaram, em 1991, o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o mais ambicioso dos empreendimentos de que o Brasil já participou na América do Sul. Emulando a integração europeia do pós-guerra, em especial o eixo França-Alemanha, o Mercosul ambicionava acelerar a integração entre as economias argentina e brasileira, juntamente com as dos dois demais membros menores, num eixo sinérgico de promoção da integração econômica e da projeção internacional.

América Latina e América do Sul não são conceitos excludentes na história recente da política exterior brasileira. Ao contrário, são conceitos que se complementam. Sob a gestão Itamar Franco, o Brasil propôs, em 1993, uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), patrocinada pelos Estados Unidos. O fortalecimento do Mercosul teve um capítulo importante com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (1994), que deu personalidade jurídica internacional ao bloco e delimitou as competências dos seus principais órgãos. Em 2000, na I Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, realizada em Brasília sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, surgiu a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), na qual os governos acordaram realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular o desenvolvimento de eixos sinérgicos de integração. As negociações para a concretização da ALCA foram impulsionadas nas diversas Cúpulas das Américas e nos comitês negociadores com a presença de representantes de todos os países americanos (exceto Cuba), mas perderam empuxo com a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em quase todos os países da região.

Ao invés de incentivar o eixo econômico-comercial da integração, como vinha se fazendo nos anos 1990 com o Mercosul e com a ALCA, optou-se por fortalecer a componente político-social. Nesse sentido, para acelerar a integração do continente, doze países sul-americanos, reunidos em 2004 na cidade de Cuzco, no Peru, formaram a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), posteriormente rebatizada de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O novo nome da entidade foi formalizado em 2008, no Tratado Constitutivo da UNASUL, assinado em Brasília, em 2008. Sua sede foi instalada em Quito, no Equador, e seu parlamento, em Cochabamba, na Bolívia. A circunstância política em que a entidade foi criada, no auge da ascensão da denominada Onda Rosa (ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda ao poder), levou a que fosse utilizada como instrumento de projeção diplomática do Brasil na América do Sul nos anos Lula (2003-2010). Por possuir uma dimensão mais política do que econômica, a UNASUL permaneceu a reboque da orientação dos governos da região. Essa diretriz, se por um lado a manteve como foro de articulação diplomática, por outro prejudicou a continuidade de programas e de ações conjuntas, dependentes de cooperação, vontade política e disponibilidade orçamentária.

A ambição de objetivos e a enormidade de temas abarcados pela UNASUL, entretanto, trouxeram a duplicação de esforços que já se realizavam no âmbito do Mercosul e a dispersão de energia político-diplomática por parte dos governos da região. O mecanismo consensual de tomada de decisões também foi considerado um problema para o funcionamento da organização, bloqueando iniciativas que contrariassem interesses de um ou mais países. A presença de países do eixo bolivariano (Venezuela, Bolívia e Equador), sob a liderança de Hugo Chávez (e depois de Nicolas Maduro), inicialmente justificada como um elemento de neutralização do radicalismo diplomático desses governos, acabou se tornando contraproducente. O golpe fatal no funcionamento da entidade foi a recusa dos governos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru de aceitar a nomeação do presidente boliviano Evo Morales para a presidência *pro tempore* da UNASUL, em 2017. Desde o término do mandato do ex-secretário-geral Ernesto Samper, a entidade encontra-se sem comando. Não houve acordo sobre quem ocuparia o seu lugar. Desde 2014, também não se realizam mais cúpulas de chefes de Estado e de governo.

Na prática, a Declaração Presidencial de Santiago (Renovação e Fortalecimento da Integração na América do Sul), assinada pelos chefes de Estado de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, lança uma pá de cal sobre o caixão da UNASUL. A nova entidade prevista, a PROSUL, porém, não previu tratado internacional, organização constitutiva, conselho de chefes de Estado e de Governo, conselho de ministros das relações exteriores, um orçamento e um secretariado. Sua missão se resume ao que foi mencionado na declaração: tornar-se um espaço de promoção integração mais efetiva, pragmática e simples, sem custos, visando promover a “vigência da democracia e da ordem constitucional” nos países signatários. Ora, sabe-se que tanto o Mercosul quanto a UNASUL possuem mecanismos de salvaguarda desses valores – as chamadas cláusulas democráticas. O Mercosul, por exemplo, aplicou o Protocolo de Ushuaia em diversas ocasiões.

O Brasil ajudou a resolver pacificamente diversas crises políticas na América Latina valendo-se da sua tradicional postura cautelosa e conciliadora, baseada no multilateralismo e sustentada nos princípios da solução pacífica de conflitos e da não-ingerência, consagrados no Art. 4º de nossa Constituição Federal. A manutenção de uma postura neutra, mas não-indiferente, é essencial para a mediação de um conflito político. É possível ser firme, propositivo e engajado, buscando soluções razoáveis, justas e equilibradas, sem tomar perigosamente parte no conflito interno de outras nações. Nas crises fronteiriças entre Peru e Equador, entre 1995 e 1998, que quase levaram a uma guerra regional na América do Sul, o Brasil intermediou um acordo de paz histórico entre os dois países sul-americanos, costurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A postura da diplomacia brasileira foi a de oferecer os bons ofícios aos países vizinhos, chamando os seus líderes para o diálogo bilateral. A crise foi resolvida com panos quentes, conversas e seguidas rodadas de negociações, com o Brasil oferecendo o seu território como cenário neutro para as tratativas e o Itamaraty oferecendo apoio total ao processo.

Ao abdicar das suas tradições diplomáticas e ficar a reboque da diplomacia dos Estados Unidos (como em 1965, quando participamos da desastrosa intervenção militar na República Dominicana) o Brasil perde a oportunidade de assumir um papel propositivo, moderador e construtivo para negociar a transição política pós-chavismo na Venezuela. Perde ainda credibilidade internacional como potência média e como ator

regional, incapaz de encaminhar a resolução de conflitos na sua vizinhança sem a interferência de potências extra-regionais. Na Venezuela, governo e oposição medem forças. Possuem aliados internos e externos. Enquanto o governo controla o aparato estatal, a oposição detém o apoio de governos estrangeiros e de parcela da população. As forças armadas respaldam o governo, sem que fissuras tenham sido detectadas na coalizão cívico-militar chavista. Nenhum dos dois lados parece querer ceder e uma escalada de violência pode mergulhar o país numa guerra civil, com consequências nefastas para a população e desdobramentos ainda mais sérios para a crise migratória.

Ao Brasil não interessa uma guerra civil e muito menos um conflito regional em sua vizinhança. Por isso o Itamaraty deveria ter sido mais cauteloso em suas ações, ao invés de precipitar-se no reconhecimento do governo interino de Guaido. Com exceção dos apoios que restam ao regime chavista (militares, chineses e russos), é consenso que chegou o fim da linha para Nicolas Maduro. A questão não é se permanecerá ou não no poder, mas por quanto tempo e de que forma será feita a sua substituição: pacificamente ou com violência. Para que uma crise dessas proporções seja resolvida sem um conflito regional e o derramamento de sangue venezuelano, é preciso haver diálogo entre todos os atores envolvidos.

O Brasil está inserido em muitos foros e arranjos internacionais a partir dos quais pode contribuir com a atual crise; entre esses destacamos o Grupo de Lima e o BRICS. A partir do primeiro, o Brasil contribui para uma postura homogênea no hemisfério americano e a partir do segundo, poderia trabalhar em conjunto com países-chave para a Venezuela, como China e Rússia. Mais inteligência, discrição e diálogo, menos fanfarra - lições clássicas da diplomacia de Rio Branco que deveriam ser sempre observadas no trato de crises na América do Sul. Nesse sentido, há sérias dúvidas acerca do efetivo compromisso do governo de Jair Bolsonaro e de sua política externa com os processos de integração econômica, política e social da América do Sul. O alinhamento político-militar aos Estados Unidos, a aceitação da ingerência do governo estadunidense na crise venezuelana e a apologia aos regimes militares violadores de direitos humanos dos anos 1960, 1970 e 1980, mostram um enorme distanciamento da diplomacia bolsonarista dos valores, ideias e ações que pautaram a inserção regional do Brasil nas últimas décadas.

Conclusões:

A política externa, uma das principais construções de um Estado, é forjada ao longo de séculos de acúmulo de experiências históricas. Nesse sentido, o conceito que melhor se prestou como pedra angular da política externa brasileira, sustentando a sua construção ao longo do tempo, foi o pragmatismo, base da política externa dos conservadores do Império (Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José de Souza) e da República (Barão do Rio Branco). O reconhecimento da importância do pragmatismo como vetor de uma política externa a serviço do desenvolvimento do Brasil, em todas as suas dimensões (política, econômica, social, ambiental e tecnológica), tem no Itamaraty uma instituição de grande envergadura. Da sua criação, em 1822, até o alvorecer do século XXI, a instituição desempenhou o papel de memória das tradições realistas na política exterior, forjadas no conservadorismo imperial e proto-republicano.

O Brasil tem sido um polo de estabilidade, de paz e de integração no subcontinente sul-americano nas últimas três décadas. Ajudou a encerrar rivalidades centenárias na Bacia do Prata ao promover entendimentos bilaterais com a Argentina, base da construção do Mercosul. Ajudou a conduzir uma solução pacífica nas disputas fronteiriças entre Equador e Peru, evitando uma guerra regional. Agiu com firmeza em duas tentativas de golpe de Estado no Paraguai, preservando a ordem constitucional. Participou, como protagonista, da Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Ajudou a fazer da realidade geográfica uma oportunidade de integração econômica ao criar as cúpulas sul-americanas e os projetos de interconexão das infraestruturas nacionais (projeto IIRSA).

Em décadas mais recentes, a construção do Mercosul ajudou na superação pragmática de rivalidades entre Brasil e Argentina em nome da construção de uma América do Sul segura, integrada e próspera. O mesmo senso pragmático guiou a participação do Brasil nos grandes foros internacionais de meio ambiente, comércio internacional, direitos humanos e desarmamento, após a Guerra Fria, assim como a busca da diversificação de mercados na era do boom das commodities. A América do Sul, longe de espaço de ingerência de atores externos, deveria ser fator de densidade que reforça a base regional de nossa inserção autônoma, múltipla, plena, máxima e adulta no mundo contemporâneo. A heterogeneidade, a pluralidade, as peculiaridades e as contradições dessa imensa região proporcionam pontes naturais entre o Brasil e os povos de colonização majoritariamente hispânica com alguns desafios socioeconômicos

similares aos nossos, indispensáveis para unir as democracias por estreitos vínculos econômicos e valores políticos comuns, além de catalisar mudanças na ordem internacional.

A política externa, para ser bem conduzida, requer a escolha das estratégias e das ações mais adequadas para a defesa do interesse nacional. De potência regional moderadora e construtiva na América do Sul, no entanto, nos rebaixamos a um ator secundário numa disputa política, econômica e militar que envolve atores externos e sérias consequências para a estabilidade, segurança e desenvolvimento. O Brasil abdicou da sua autonomia, da sua identidade internacional e da sua liderança regional ao aderir acriticamente ao trumpismo e ao perfilar-se ao lado de lideranças autocráticas e isolacionistas como Benjamin Netanyahu, Vladimir Putin, Viktor Orbán e Tayyip Erdoğan. As lições das tradições do Itamaraty e de políticas exteriores passadas deveriam iluminar as reflexões e as decisões do presente, evitando ainda mais dissabores futuros. Em tempos de niilismo, de guinadas radicais e de ventos populistas, as lições ancestrais dos construtores da diplomacia brasileira, ao longo de dois séculos, permanecem vivas nos manuais de História do Brasil, como faróis a lançar luzes sobre as trevas do presente.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes” in: Pimentel, J. (org.), Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume I. Brasília: FUNAG, p. 15-40, 2013.

BELÉM LOPES, Dawisson. Da Razão de Estado ao Republicanismo Mitigado: Uma Narrativa Faoriana sobre a Produção da Política Externa Brasileira. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 481 a 516.

BOBBIO, Norberto e MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13ª ed. Brasília: UnB, 2010

BUENO, Clodoaldo. Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu 1902-1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 128

BRASILIENSE, Américo. Os programas políticos dos partidos e o segundo império. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1878, pp. 12 e 13.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da Política Externa Brasileira. 5ª ed. UnB, 2014)

CAMPBELL, John L (2002). Ideas, Politics, and Public Policy. Annual Review Sociology. 28: 21-38. Downloaded from arjournals.annualreviews.org by CAPES on 05/04/05.

“Conservatism”, “Culture Wars”, “Neoconservatism”, “Paleoconservatism” e “Puritanism” em American Conservatism: an encyclopaedia. 2ª ed. Bruce Frohnen, Jeremy Beer e Jeffrey O. Nelson (ed.). Wilmington: ISI Books, 2006.

DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial: história e crítica. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. A escola da liderança. Ensaio sobre política externa e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: O Globo, 2010 p. 362).

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert Owen. Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change. Cornell: Cornell University Press, 1993

GOUREVITCH, Peter (1986). Politics in hard times: comparative responses to international economic crisis. Ithaca and London: Cornell University Press..

HALL, Peter (1986). Governing the economy: the politics of state intervention in Britain and France. New York, Oxford University Press.

IKENBERRY, John. (1993). Historical Institutionalism and Foreign Policy Analysis: The Origins of the National Security Council Revisited, Foreign Policy Analysis Vol. 7, No. 1: 27-44.

IKENBERRY, John G (1998). Conclusion: An Institutional Approach to American Foreign Economic Policy. In: Ikenberry, G. John; Lake, David A.; Mastanduno, Michael (eds.). The State and American Foreign Economic Policy. Ithaca, NY.: Cornell University Press.

IKENBERRY, G. John. (2001) After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars. Princeton: Princeton University Press.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 1999.

PERISSINOTTO, Renato and STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. Rev. Sociol. Polit. 2017, vol.25, n.64, pp.121-148.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCANTIMBURGO, João. História do Liberalismo no Brasil. São Paulo: Ltr, 1996,

SCRUTON, Roger. Conservatism: an introduction to a great tradition. Londres: All Points Books, 2018

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro. Ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.